A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O 'NOVO' ENSINO MÉDIO: REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO DA JUVENTUDE CEARENSE

Layslândia de Souza Santos[1], José Deribaldo Gomes dos Santos [2], Lailton de Souza Santos [3], Meirelene Linhares Lima[4], Vitória de Souza Santos[5]

[1]Mestre em Educação (PPGEN/UECE), Pedagoga (FECLESC/UECE) e Professora da Educação Básica (SME/QX), sousalays7@gmail.com

[2] Doutor em Educação (PPGE/UFC), Mestre em Políticas Públicas (PPGPP/UECE), Professor Associado (FECLESC/UECE), deribaldo.santos@uece.br

[3]Doutor em Educação (PPGED/UFRN), Mestre em Educação (PPGEN/UECE), Pedagogo (FECLESC/UECE), lailton0110@gmail.com

[4]Doutoranda em Educação (PPGE/UECE), Mestre em Educação (PPGEN/UECE), Pedagoga (FAFIDAM/UECE), meirelene.lima@aluno.uece.br

[5]Graduanda em Pedagogia (FECLESC/UECE), vitoria@gmail.com

Resumo

O presente estudo investiga a relação entre a Educação Profissional e o Novo Ensino Médio, com foco nos rebatimentos dessas políticas na formação da juventude cearense. Foi desenvolvido com o objetivo de analisar as implicações da reforma do Ensino Médio e da Educação Profissional na formação dos jovens no Ceará, tendo em vista o alinhamento dessas políticas às demandas do mercado de trabalho capitalista em contexto de crise estrutural. Para tanto, foi necessário analisar a reforma do Ensino Médio materializada na Lei nº 13.415/2017, examinar o papel das Escolas Estaduais de Educação Profissional no contexto cearense e discutir as contradições entre a formação para o trabalho e o acesso ao Ensino Superior. Realizou-se, assim, uma pesquisa de natureza teórico-bibliográfica e documental, orientada pelo materialismo histórico-dialético, cujos dados foram interpretados por meio de uma abordagem qualitativa articulada a elementos quantitativos. Diante disso, verificou-se que as EEEPs antecipam diretrizes do Novo Ensino Médio, que a maioria de seus egressos não se insere diretamente no mercado de trabalho e que há um descompasso entre os objetivos declarados das políticas educacionais e seus resultados efetivos, os quais permitiram a seguinte conclusão: a Educação Profissional, tal como configurada no Ceará, reforça a adaptação da juventude às exigências do capital, sem enfrentar os limites estruturais do desemprego e da precarização do trabalho.

Palavras-chave: Ensino Médio; Educação Profissional; Políticas Educacionais; Formação da Juventude.

Introdução

As transformações recentes no Ensino Médio (EM) brasileiro, intensificadas a partir da aprovação da Lei nº 13.415/2017 e sua posterior reformulação, a Lei n° 14.945/2024, têm

reconfigurado de modo significativo a organização curricular, os objetivos formativos e a relação entre escola e mercado de trabalho. A Educação Profissional (EP), situada nesse quadro, assume centralidade como estratégia de adequação da formação juvenil às exigências do capitalismo contemporâneo. No Ceará, as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) destacam-se por antecederem e influenciarem a implementação do chamado "Novo" Ensino Médio (NEM), configurando-se como um modelo pioneiro de integração entre formação geral e técnica. Essa particularidade suscita a necessidade de problematizar os impactos de tal articulação na formação da juventude cearense.

A literatura crítica tem apontado que as reformas educacionais recentes, ao se alinharem às demandas do mercado de trabalho, tendem a reforçar processos de adequação funcional da educação às necessidades do capital, em detrimento de uma formação humana crítica e ampla. Autores como Frigotto e Motta (2017) e Santos (2020), cada um ao seu modo, evidenciam o caráter político-ideológico dessas reformas. Mészáros (2003), por sua vez, apontar haver conexões entre o complexo educativo e a crise estrutural do capital. Nessa esfera de naálise, a educação passa a operar como mediação fundamental na reprodução das desigualdades sociais, tensionando o acesso ao Ensino Superior (ES) e a constituição do ser social, conforme discutido por Tonet (2005) e Lukács (2018a/b).

A pesquisa caracteriza-se como de natureza teórico-bibliográfica e documental, orientada pelo materialismo histórico-dialético, método que possibilita a apreensão da EP e do NEM como fenômenos historicamente situados, atravessados por determinações sociais, políticas e econômicas, e marcados por contradições próprias do modo de produção capitalista. Parte-se do pressuposto de que as políticas educacionais não constituem instrumentos neutros, mas mediações históricas vinculadas a projetos societários específicos.

À luz da dialética marxiana, o percurso analítico parte das expressões concretas das políticas educacionais, materializadas nas reformas do EM e na EP, avança por meio de abstrações teóricas e retorna ao concreto pensado, buscando compreender o movimento real do objeto investigado. Em consonância com Marx e Engels (2007), entende-se que as políticas educacionais são condicionadas pelas determinações materiais da sociedade, devendo ser analisadas em sua relação com a crise estrutural do capital. A categoria da totalidade, conforme Lukács (2018a/b), orienta a análise, articulando as dimensões singulares, particulares e universais da formação da juventude cearense.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica consistiu na análise crítica de produções teóricas que discutem a reforma do EM, a EP, o complexo educativo e a crise estrutural do capital, com destaque para as contribuições de Frigotto e Motta (2017), Mészáros (2003), Tonet (2005) e Lukács (2018a/b). Essas obras permitiram fundamentar a discussão acerca das implicações político-ideológicas das reformas educacionais e de seus rebatimentos na formação juvenil.

A pesquisa documental integrou o percurso analítico por meio do exame de legislações e documentos oficiais, tais como a Lei nº 13.415/2017, a Lei nº 14.945/2024, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Plurianual do Ceará (PPC) (2016–2019). Esses materiais foram analisados criticamente, compreendidos como expressões de projetos históricos e interesses sociais, evitando-se leituras normativas ou meramente descritivas, conforme orientam Evangelista e Shiroma (2019).

A abordagem metodológica integra, de forma dialética, elementos quantitativos e qualitativos, a partir de dados secundários presentes nos documentos analisados. Essa articulação fundamenta-se no entendimento de que quantidade e qualidade constituem dimensões indissociáveis da realidade social, conforme Lukács (2018) e Ferraro (2012), permitindo apreender tendências, limites e contradições das políticas educacionais voltadas à EP no contexto cearense.

Diante desse quadro, o objetivo geral deste trabalho é analisar as implicações da reforma do EM e da EP na formação da juventude cearense, com destaque para o papel desempenhado pelas EEEPs, considerando seus rebatimentos tanto na inserção no mercado de trabalho quanto no acesso ao ES.

A Educação Profissional e o Novo Ensino Médio

A reforma do NEM, materializada inicialmente por meio da Medida Provisória (MP) nº 746/2016, consolidada na Lei nº 13.415/2017 e posteriormente reformulada pela Lei n° 14.945/2024, insere-se em um contexto de instabilidade política e reordenamento das prioridades do Estado brasileiro.

A rapidez com que a MP foi convertida em lei, conforme analisam Frigotto e Motta (2017), não se explica por critérios de ordem administrativa ou pedagógica, mas expressa uma urgência de caráter político-ideológico, vinculando-se a um projeto de reestruturação da educação básica subordinado às exigências do capital. A reforma redefine os sentidos do EM ao restringir o

acesso dos jovens trabalhadores ao conhecimento científico e histórico acumulado (MOTTA; FRIGOTTO, 2017), esvaziando a formação geral em favor de aprendizagens utilitaristas e fragmentadas.

> [...] essa "reforma" imprime, sem reservas ou busca de consenso, a insanável contradição ético-política do pensamento e da moral capitalista do tipo dependente: perversamente autoritário. Imbuída do caráter ideológico instrumental, esta é conduzida como processo natural de modernização — fetichizada pelo determinismo tecnológico-inovador —, despida de relações de poder e sem historicidade. Ou seja, a história de luta voltada para a supressão do dualismo estrutural do Ensino Médio foi rasgada; não há sujeitos históricos, e sim alunos abstratos, jovens trabalhadores deslocados de suas condições objetivas e materiais reais (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 356).

A análise desenvolvida por Frigotto e Motta (2017) evidencia que a reforma do EM não se constitui como uma medida isolada, mas se articula a um conjunto mais amplo de iniciativas regressivas que conformam um mesmo bloco político e ideológico. Nesse contexto, a Emenda Constitucional nº 55 assume papel central, pois, conforme destacam os autores, "representa, sem dúvida, as forças sociais que golpearam a democracia brasileira e constitui-se na maior agressão às conquistas de direitos da classe trabalhadora desde o fim da escravidão", ao "liquidar o Estado brasileiro como agente de garantia de direitos universais", entre os quais se destacam o trabalho, a educação, a saúde e a habitação (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 366). Tal medida confirma a alegada "urgência" da reforma do EM, uma vez que "não só o inviabiliza como educação básica de qualidade, como o privatiza por dentro", estendendo esse processo, por distintos mecanismos, às universidades públicas (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 366).

A articulação entre contenção econômica e controle ideológico encontra expressão normativa na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM), que incorpora as alterações introduzidas pela Lei nº 13.415/2017. Ao redefinir direitos e objetivos de aprendizagem e ao flexibilizar a organização curricular conforme critérios dos sistemas de ensino (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017), a BNCC-EM consolida um modelo formativo orientado por competências e habilidades, deslocando o eixo da formação escolar para a adaptação às demandas do mercado de trabalho.

Para Amorim e Santos (2016), a reconfiguração do EM expressa a subordinação da educação às exigências do capitalismo em crise, uma vez que, na sociedade burguesa, "a própria educação, as decisões que a amparam, os decretos, as leis e suas emendas, não têm como objetivo último a formação humana, mas dar uma resposta ao mercado ora em crise" (AMORIM; SANTOS, 2016, p. 129). A reforma educacional, amparada nesse cenário, intensifica os processos de exclusão e desumanização, pois, diante dos limites de expansão e

acumulação do capital, "os grupos dirigentes tratam de realizar todas as manobras possíveis no sentido de amenizar os impactos no âmbito do empresariado, a custas do arrocho do trabalhador" (AMORIM; SANTOS, 2016, p. 129). A educação passa, assim, a cumprir um papel estratégico de convencimento e adaptação, reforçando seu caráter instrumental e contribuindo para a conformação de sujeitos com limitado desenvolvimento do pensamento crítico, funcionalmente ajustados às necessidades do capital.

No caso do Ceará, os resultados da análise indicam que a implementação do NEM ocorreu em sintonia com uma experiência previamente consolidada: as EEEPs. Criadas durante o governo de Cid Ferreira Gomes (2007–2014) e ampliadas na gestão de Camilo Santana (2015–2022), as EEEPs anteciparam elementos centrais posteriormente incorporados pela BNCC-EM. A definição de áreas curriculares, a ênfase no Projeto de Vida, no Mundo do Trabalho, no Empreendedorismo e na Cidadania já compunham a estrutura pedagógica dessas escolas, o que explica sua projeção nacional no contexto da reforma.

Para a experiência cearense, o NEM não representou uma ruptura substantiva, mas antes a confirmação de um modelo de formação já em curso desde 2008. As escolas cearenses, desde sua constituição, orientam-se por uma lógica de formação voltada prioritariamente para o emprego-desemprego, o que levou a Secretaria da Educação (SEDUC-CE) a compreendê-las como equivalentes ao itinerário formativo da Formação Técnica e Profissional. Assim, ao optar por uma EEEP, o estudante já ingressa em um percurso formativo previamente definido, alinhado às diretrizes que a reforma viria a generalizar no plano nacional.

Essa convergência entre o NEM e a EP evidencia a permanência histórica da subordinação da formação juvenil às demandas do mercado de trabalho, reforçando a lógica de adequação funcional da escola às necessidades do capital. Como demonstram Costa e Coutinho (2018), a EP no Brasil constitui-se, desde sua gênese mas não sem contradições, como um instrumento de controle e qualificação precarizada da força de trabalho, uma vez que se estruturou para atender à necessidade de qualificar "força de trabalho de baixo custo financeiro para a produção fabril e agropecuária da época" (COSTA; COUTINHO, 2018, p. 1635). Nessa direção, a reforma do EM não rompe com esse legado histórico, mas o atualiza, ao reafirmar trajetórias educacionais diferenciadas para os jovens das classes populares, destinando-lhes uma formação técnica e pragmática, enquanto o acesso ao conhecimento científico e à formação humana ampla permanece tensionado. Tal movimento consolida, conforme assinalam os autores, uma educação profissional que "continuou ofertando uma educação técnica que se destinava aos filhos dos trabalhadores para atender à demanda posta pelo mercado" (COSTA; COUTINHO,

2018, p. 1635), reproduzindo as contradições estruturais e o dualismo histórico do sistema educacional brasileiro.

Crise Estrutural e o complexo educativo: princípios e fundamentos da Educação Profissional no estado do Ceará

A compreensão da EP no Ceará exige situá-la no interior do complexo educativo e de suas determinações ontológicas e históricas. Conforme Lukács (2018a/b), a educação, assim como a política e a cultura, é fundada pelo trabalho humano e integra o processo de reprodução do ser social. Por essa razão, não pode ser concebida como instância isolada ou como via exclusiva de transformação da sociedade. Ainda que o complexo educativo desempenhe um papel decisivo na conformação das consciências segundo as exigências do mundo da mercadoria, ele conserva, contraditoriamente, a possibilidade ontológica de questionar a ordem capitalista.

Nessa direção, Tonet (2005) destaca que a educação constitui mediação fundamental para a apropriação, pelo indivíduo, da herança cultural da humanidade, contribuindo para sua constituição enquanto membro do gênero humano. Todavia, sob a sociabilidade capitalista, essa função é tensionada por demandas externas que reorientam o processo educativo para fins estritamente utilitários. Planejamento, currículo, metodologias, conteúdos, avaliação e a própria relação aprendizagem-ensino passam a ser readequados para atender às necessidades do empresariado nacional, articulado aos interesses dos países centrais e das agências internacionais de financiamento. O objetivo explícito dessas reconfigurações é alcançar uma suposta eficiência educacional ajustada às exigências de um mercado de trabalho marcado por crise crônica.

As transformações educacionais observadas no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, não podem ser dissociadas da crise estrutural do capital, conforme teorizada por Mészáros (2003). Diferentemente das crises cíclicas do passado, agora seu caráter é estrutural, articulando um conjunto de contradições que apenas podem ser administradas temporariamente, sem possibilidade de superação definitiva. A partir do final da década de 1960, sob o signo da chamada Terceira Revolução Industrial, o modelo fordista de organização da produção passa a ser considerado inadequado, desencadeando a busca por novas formas de exploração do trabalho e, consequentemente, por novos paradigmas educacionais.

A escola, perante essa conjuntura, é convocada a formar um novo perfil de trabalhador, dotado de múltiplas competências e habilidades, supostamente apto a responder às exigências das tecnologias de base microeletrônica. As políticas educacionais passam, assim, a operar como

instrumentos de ajuste da força de trabalho às necessidades de um sistema produtivo em crise, reforçando a preponderância da EP como estratégia de enfrentamento do desemprego e da estagnação econômica. Contudo, como adverte Mészáros (2003), tais respostas são limitadas, uma vez que a própria crise estrutural do capital intensifica o desemprego e a precarização, transformando-os em fenômenos permanentes: "Diante da crise estrutural do capital enquanto tal, em contraste com as crises conjunturais periódicas do capitalismo observadas no passado [...], os problemas são fatalmente agravados no estágio atual de desenvolvimento" (MÉSZÁROS, 2003, p. 19-20).

No plano normativo, a promulgação da LDB nº 9.394/1996 conferiu base legal às reformulações na relação entre EM e EP. Entretanto, conforme aponta Santos (2020), essas reformas não têm alcançado o êxito esperado pelos setores que as demandam, sendo alvo de críticas recorrentes, inclusive do empresariado organizado em movimentos como o Todos Pela Educação. Tal contradição revela que, mesmo com sucessivos ajustes, a escola profissionalizante não consegue formar nem o trabalhador idealizado pelo capital, tampouco o ser humano integral defendido pelo humanismo clássico.

No caso do Ceará, os documentos oficiais, especialmente o Plano Plurianual 2016–2019, reconhecem dificuldades persistentes na articulação entre formação escolar e mercado de trabalho. O discurso estatal atribui a baixa atratividade de investimentos à carência de profissionais qualificados, apontando a EP como solução estratégica para a formação da juventude. Essa problemática, reconhece o documento, é "[...] uma das grandes preocupações de empresários e investidores para o aporte de novos empreendimentos no Ceará" (CEARÁ, PPA 2016-2019/Anexo 1, p. 130). Ao mesmo tempo, o próprio PPA admite que a expansão das EEEPs não tem produzido os resultados esperados no que se refere à inserção direta dos egressos no mercado de trabalho.

O discurso oficial, no entanto, para enfrentar o que ele entende como uma deficiência formativa que afasta o financiamento empresarial do Estado, sugere a EP como alternativa para formar a juventude. Nota-se, por meio do que compreende a intelectualidade alinhada ao governo cearense, que as propostas desse Estado para o setor educacional atendam a "gregos e troianos", uma vez que procura contemplar, por um lado, os estudantes e, por outro, o empresariado: o "Estado do Ceará tem desempenhado papel de suma importância na qualificação dos jovens, ofertando cursos técnicos profissionais de forma integrada ao Ensino" (CEARÁ, PPA 2016-2019/Anexo 1, p. 130).

O Ceará, embora tenha assumido a tarefa de formar, por intermédio da implementação da rede das escolas profissionais, a força de trabalho que o empresário precisa, reconhece que o resultado aponta para um desvio da finalidade em relação ao que pleiteavam o governo, os empresários e as agências internacionais de financiamento. A estratégia inicial da rede de escolas profissionais do estado era "[...] integrar o Ensino Médio à formação profissional de nível técnico, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses, consolidando o projeto das Escolas Estaduais de Educação Profissional, as EEEPs" (CEARÁ, PPA 2016-2019/Anexo 1, p. 130).

Com a implementação e consolidação desse projeto, conforme argumenta o documento oficial, o Ceará esperava sanar a insuficiência da força de trabalho qualificada. Fica aclarado que o discurso governista não acredita que a problemática esteja circunscrita à dificuldade de se conseguir, como resultado do sistema formativo, um ser humano educado para a plenitude de suas potencialidades. Na avaliação feita pelo governo, com efeito, o problema está no fato de os egressos das EEEPs não irem alimentar diretamente o mercado de trabalho capitalista em crise profunda, pois alguns acessam ao ES.

A Mensagem de Governo (MG) presente no Plano Plurianual (PPA – 2016-2019/MG), conforme constata a pesquisa de Carvalho (2017), possibilita que o BM monitore e controle a política de implementação das EEEPs. Uma das prerrogativas da agência de financiamento orienta que os egressos dessas escolas se voltem, prioritariamente, para o mercado de trabalho capitalista. O problema é que os dados informados pelo executivo cearense não confirmam que a maioria dos egressos adentra no mercado de trabalho.

O documento estatal lamenta-se do seguinte fato: as EEEPs não estão cumprindo a missão para a qual foram projetadas. Esse desvio de caminho, para Carvalho (2017), é fruto de uma contradição que precisa ser mais bem analisada. Na compreensão da investigadora, há, de um lado, o esvaziamento do mercado de trabalho e, de outro, a quantidade de egressos que, por sua vez, trazem uma formação planejada para o atendimento do emprego-desemprego. A redação estatal, como aponta a pesquisadora, apresenta dados que comprovam tal contradição:

> A economia cearense registrou saldo positivo de novos empregos com carteira de trabalho assinada até o ano de 2014, tendo alcançado valor recorde de geração de novos postos de trabalho no ano de 2010 com um total de 87.552 novas vagas. Todavia, a perda de dinamismo observada nos três grandes setores da economia vem contribuindo fortemente para o fechamento de vagas no referido Estado [Ceará] quando até julho de 2015 acumulou um saldo negativo de 14.136 (CEARÁ, PPA 2016-2019/MG, p. 47).

Sobre o setor de serviços, o PPA informa que ele é tradicionalmente "[...] considerado o grande motor de geração de novos postos de trabalho na economia cearense, [mas] registrou, pela primeira vez, queda de 6.181 vagas de trabalho no acumulado do último ano da série" (CEARÁ, PPA 2016-2019/MG, p. 48). Mesmo assim, o texto oficial diz que a "[...] economia cearense registrou saldo positivo de novos empregos com carteira de trabalho assinada até o ano de 2014, tendo alcançado valor recorde de geração de novos postos de trabalho no ano de 2010 com um total de 87.552 novas vagas" (CEARÁ, PPA 2016-2019/MG, p. 47).

Mesmo reconhecendo o fechamento de postos de trabalho, o discurso oficial trata o problema como se ele fosse uma oscilação passageira do mercado de emprego-desemprego. A intelectualidade que presta seus serviços acadêmicos ao governo do Ceará está impedida, por seus métodos comprometidos com o grande capital, de entender a realidade concreta dos fatos. O desemprego contemporâneo é um problema crônico e inerente ao capitalismo em profundos apuros. Hoje, é um problema estrutural, e não sazonal. O cenário da disponibilidade de postos de trabalho, entre outros fatores a serem investigados, contorna o quadro em que o paradoxo atinge em cheio a profissionalização ofertada pelo estado do Ceará. A relação emprego-desemprego está imersa na crise estrutural do capital. (MÉSZÁROS, 2003).

Sobre o fato de que a maior parcela dos egressos das EEEPs adentra no ES, a administração estatal procura encontrar alternativas para corrigir tal situação. Isso porque os organismos internacionais consideram um desvio de função a aprovação dos egressos dessas escolas no ES, dado que o esperado como resultado das EEEPs é a realização final de uma profissionalização que se adeque às determinações empresariais.

Entre o que se espera como resultado final das escolas e o que realmente é entregue à sociedade há uma diferença que precisa ser considerada. Em outros termos, é necessário observar a produção dinâmica entre escola, sociedade e o mercado de trabalho capitalista. Pelos impedimentos apontados, os redatores dos documentos estatais não têm como entender a problemática do desemprego estrutural.

Para a administração estatal, "[...] os dados apontam o aumento da inserção dos alunos egressos das EEEPs no ES e uma diminuição no número de alunos inseridos no mercado de trabalho" (CEARÁ, PPA 2016-2019/Anexo 1, p. 130). Isso acarreta, pensam os redatores do documento, "[...] a necessidade de uma maior articulação da oferta de educação profissional, oferecida pelo Estado, com o mercado" (CEARÁ, PPA 2016-2019/Anexo 1, p. 130). O Estado, no entanto, admite que seu projeto de EP é uma boa opção para se enfrentar a problemática:

> Dessa forma, constata-se que muito tem sido feito em prol da qualificação profissional de estudantes, egressos e trabalhadores, sendo necessário, ainda, expansão e ampliação da rede de ensino profissionalizante, a fim de atender às necessidades do mundo do trabalho contribuindo para o desenvolvimento do Estado e o ingresso dos alunos no mercado de trabalho (CEARÁ, PPA 2016-2019/Anexo 1, p. 130).

Para além do cumprimento da sempre viva função de adaptação ideológica dos trabalhadores ao capital, o complexo educativo, destacadamente a escola básica em sua relação com a profissionalização, continua recebendo duras críticas. Defende-se a existência de uma suposta crise no interior da escola, o que justificaria as constantes reformulações, para as quais a modalidade da EP carrega a predileção das políticas educacionais.

Conclusões

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender as complexas relações estabelecidas entre a Educação Profissional (EP) e o chamado "Novo" Ensino Médio, com ênfase nos rebatimentos dessas políticas na formação da juventude cearense.

Evidenciou-se que a reforma do Ensino Médio (EM), consubstanciada na Lei nº 13.415/2017, assim como a implementação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) no Ceará, insere-se em um projeto político-ideológico que subordina a educação juvenil às exigências do mercado de trabalho capitalista em contexto de crise aguda.

Embora as EEEPs tenham se constituído como experiência pioneira na integração entre EM e EP, a análise demonstrou que sua lógica formativa permanece orientada prioritariamente para a inserção no mercado de trabalho, em detrimento de uma formação humana mais ampla.

A leitura dos documentos oficiais, em especial o Plano Plurianual do Ceará (2016–2019) e a Base Nacional Comum Curricular, revelou o alinhamento dessas políticas aos interesses do empresariado e de organismos internacionais, como o Banco Mundial, responsáveis pelo financiamento e monitoramento das ações educacionais no Estado. Entretanto, os dados empíricos indicam que a maioria dos egressos das EEEPs não se dirige diretamente ao mercado de trabalho, mas busca o acesso ao Ensino Superior, contrariando os objetivos inicialmente estabelecidos.

Essa contradição explicita um descompasso entre os propósitos declarados das políticas educacionais e seus resultados concretos. Se, por um lado, as EEEPs foram concebidas como resposta à suposta carência de força de trabalho qualificada, por outro, a trajetória dos jovens evidencia que a esperada formação técnica tem sido utilizada como estratégia de mobilidade educacional, na tentativa de escapar das condições precárias e instáveis do mercado de trabalho.

Tal movimento tensiona a dualidade entre formação para o trabalho e para a continuidade dos estudos, revelando os limites da EP tal como vem sendo implementada.

O referencial teórico mobilizado, especialmente a partir de Frigotto e Motta (2017), Mészáros (2003) e Tonet (2005), possibilitou situar essas contradições no interior da crise estrutural do capital. A reforma do EM e a expansão da EP configuram-se, nesse sentido, como respostas parciais às demandas de um capitalismo em dificuldades, que exige trabalhadores flexíveis e adaptáveis. Contudo, conforme demonstra Mészáros (2003), trata-se de uma crise de caráter estrutural, que não pode ser solucionada por ajustes pontuais no sistema educacional, uma vez que o desemprego e a precarização do trabalho extrapolam a esfera da escola.

No contexto cearense, a experiência das EEEPs revela de forma emblemática os limites dessas políticas. Ainda que tenham ampliado o acesso ao ES, tais escolas não lograram cumprir plenamente a função de formar força de trabalho apta a atender às exigências do mercado. Esse descompasso evidencia a dificuldade de conciliar os interesses do capital com as necessidades reais da juventude, que busca na educação não apenas qualificação profissional imediata, mas condições mais amplas de existência e desenvolvimento humano.

Conclui-se, portanto, que as políticas educacionais analisadas, embora apresentem avanços no plano da estrutura e da oferta da EP, mostram-se insuficientes para enfrentar os desafios vivenciados pela juventude cearense. Ao priorizarem a formação orientada ao mercado de trabalho, acabam por negligenciar dimensões fundamentais da educação escolar. Superar tais limites implica repensar as políticas educacionais a partir do entendimento que defende uma formação comprometida com o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, o que exige, necessariamente, o enfrentamento das contradições próprias da sociabilidade capitalista e a afirmação da educação como mediação para além da reprodução da ordem vigente.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Maria Gorete; SANTOS, Maria Escolástica de Moura. O caráter de classe da reforma do ensino médio. **Arma da Crítica: revista eletrônica**, Fortaleza, n. 7, p. 119-141, dez. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23248/1/2016_art_mgamorimmemsantos.pdf. Acesso em: 21 jan. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, 2017. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, 2017.

CARVALHO, Ana Paula Monteiro de. Para compreender o processo de reificação do capital: a política de responsabilização docente nas escolas estaduais de educação profissional. 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Plano Plurianual 2016-2019**. Mensagem de Governo. Volume I. (PPA 2016-2019-MG). Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-anteriores/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019. Acesso em 18 jun. 2021.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Plano Plurianual 2016-2019**. Sistema Orçamentário Financeiro. Anexo I - Demonstrativo de Temas Estratégicos e Programas. (PPA 2016-2019-SIOF-A1). Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-anteriores/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019. Acesso em 18 jun. 2021.

COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio: lei nº 13.415/2017. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, out./dez. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2175-623676506. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/BbBvb3GQC8kv5DW57BfPcBg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 jan. 2026.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, Georgia; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo (Orgs.). **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. — Rio Grande: Ed. da FURG, 2019. Cap. 3, p. 83-120.

FERRARO, A. R. Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 129-146, jan./abr. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/8rGTrz3HTMFpBjKGkQqKQbG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 08 jan. 2024.

FRIGOTTO, G.; MOTTA, V. C. da. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, nº 139, p. 355-372, abr.-jun., 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDktk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 dez. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**, volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018 (b).

LUKÁCS, G. **Prolegômenos e para a ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas,

2018 (a).

MÉSZÁROS, I. **O século XXI**: socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, D. **Arte-educação, estética e formação humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2020, p. 147.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. 2ª. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

TORRIGLIA, Patricia Laura. Primeiras aproximações ao ser do reflexo: a vida cotidiana como terreno fundante do processo de conhecimento. In: TORRIGLIA, Patricia Laura. **Ontologia crítica**: e os diferentes objetos na pesquisa educacional. – Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2018.